

Regras para moralizar o Orçamento

Comissão terá uma semana para propor mudanças que tornem lei orçamentária mais transparente e democrática

Três senadores e três deputados, cujos nomes devem ser anunciados hoje, terão até a próxima quarta-feira para sugerir alterações na forma de tramitação do projeto de Orçamento da União. Esse foi o resultado de reunião entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Aldo Rebelo, e líderes partidários. Segundo Renan, as mudanças precisam abranger

“desde a elaboração até a execução, passando pela fiscalização, para democratizar o Orçamento, dar mais transparência, acabar com irregularidades, corrigir defeitos e fazer com que o Congresso cumpra da melhor forma possível o seu papel”. O presidente do Senado também garantiu que o Congresso vai colaborar com as investigações da Operação Sanguessuga. **Página 3**



Renan e Aldo Rebelo (ao fundo) comandam reunião que discutiu iniciativas para evitar desvio de recursos

Márcia Kallume

Amorim admite recorrer a corte arbitral por causa do gás boliviano

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que o Brasil vai defender o fornecimento de gás e a fixação de um preço racional para não inviabilizar o funcionamento das indústrias do estado de São Paulo e não prejudicar o consumidor. Se as negociações com o governo boliviano não obtiverem sucesso, o Brasil recorrerá à corte arbitral de Nova York, observou Amorim, ressaltando que os

bolivianos têm admitido uma certa flexibilidade nas negociações de preços e sobre a indenização para a Petrobras. Ao debater com o ministro, os senadores da Comissão de Relações Exteriores demonstraram preocupação com o abastecimento e os preços do gás devido à dependência do Brasil em relação ao produto boliviano, e, em sua maioria, consideraram “tímida” a posição do governo brasileiro. **Página 7**



Entre José Sarney, Roberto Saturnino e Antonio Carlos Magalhães, Amorim debate com os senadores

Sem liminar, Sílvio Pereira terá de depor na CPI

Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT que fez novas denúncias sobre o mensalão em entrevista a *O Globo* no dia 7, depõe hoje, às 11h, na CPI dos Bingos. Por meio de pedido de liminar ao Supremo Tribunal Federal, os advogados do ex-dirigente petista tentaram, mas não conseguiram, evitar o depoimento. **Página 5**



Policiais conduzem o Comendador para o depoimento perante uma subcomissão de senadores em Cuiabá

Comendador nega vínculo com o caso Celso Daniel

Sob forte esquema de proteção policial, João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, prestou depoimento a uma subcomissão da CPI dos Bingos, em Cuiabá, e negou qualquer envolvimento com o assassinato do ex-prefeito Celso Daniel, de Santo André (SP). Ele disse que não tinha influência política e garantiu não ter feito doações a campanhas eleitorais. **Página 5**

Gerardo Magalhães

Comissão aprova projeto que determina liberação de seguro-desemprego no primeiro dia do defeso



Reunião presidida por Quintanilha examina parecer favorável à proposta de Pavan

Pescadores podem ter pagamento de benefício antecipado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer favorável a um projeto de lei que determina o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal no primeiro dia do defeso – período de reprodução das espécies aquáticas, no qual a pesca é proibida. O PLS 199/05, de Leonel Pavan (PSDB-SC), estabelece ainda que as parcelas subsequentes devem ser pagas a cada intervalo de 30 dias. A proposta será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Serys Shlessarenko (PT-MT), que leu o relatório de Ana Júlia Carepa (PT-PA), explicou que os pescadores artesanais, em sua maioria, são pessoas humildes, e, para não passarem por dificuldades financeiras enquanto não

recebem o seguro-desemprego, fazem empréstimos ou continuam em sua atividade pesqueira, desrespeitando o período do defeso, o que causa prejuízos à fauna e à flora aquáticas. João Ribeiro (PL-TO) frisou que o apoio dado pelo governo aos pescadores no período de desova dos peixes serve para evitar a pesca predatória.

Madeira

A CMA aprovou requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para a realização de audiência a fim de tratar da situação do setor florestal-madeireiro na região oeste do Pará. Também foi acolhido requerimento de João Ribeiro solicitando que o TCU acompanhe a liberação de recursos para empréstimo, de US\$ 106,25 milhões, entre o governo do Tocantins e banco italiano.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão é deliberativa e começa às 14h. A sessão especial em homenagem aos 180 anos do Senado, inicialmente prevista para

hoje, foi adiada para amanhã, às 11h. Na pauta de hoje continuam as propostas originadas de medidas provisórias que obstruem as

votações, como a que isenta de impostos as operações de compra de títulos feitas por residentes no exterior.

Sílvio Pereira fala à CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos tem reunião marcada para as 11h. Além de votar requerimentos, os senadores vão ouvir o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, que deve prestar esclarecimentos sobre a entrevista publicada pelo *O*

Globo no último domingo. Entre outras declarações, ele disse ao jornal que o esquema de arrecadação ilegal montado por Marcos Valério pretendia juntar mais de R\$ 1 bilhão para os cofres do PT.

CCJ analisa indicações de desembargadores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota duas indicações para os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A reunião, às 10h, também analisa proposta que restringe a competência do Supremo Tribunal

Federal (STF) para processar e julgar os atos privativos do Legislativo federal. A medida visa evitar que depoimentos, quebras de sigilos e outras atividades das comissões parlamentares de inquérito sejam suspensos pelos juízes.



Comissão Mista de Orçamento discute PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30 para dar continuidade à votação do substitutivo ao projeto de lei de revisão do Plano Plurianual

2004/2005 (PLN 41/05). O PPA deve ser revisado devido às reestimativas de receita e novos gastos previstos pelo Orçamento deste ano.



Regulamentação das cooperativas

Às 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai votar projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que regulamenta as cooperativas agrícolas. A proposta (PLS 171/99),

que tramita em conjunto com outros três projetos, tem parecer favorável do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO). O tema está em análise pelos senadores desde o início do ano.

Sabatina de diretor da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa a indicação de Eduardo Marcelo de Lima Sales para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Pode ainda ser votada proposta que dá ao trabalhador o direito de escolher a instituição bancária para receber sua remuneração.

Música em debate

O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), reúne-se às 16h com representantes de associações de músicos de vários estados brasileiros que vão falar sobre as dificuldades da área musical no atual contexto econômico.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza e Roberto Saturnino

Congresso deve anunciar hoje nomes de senadores e deputados que buscarão forma de moralizar elaboração da proposta orçamentária do governo federal

Comissão terá uma semana para sugerir mudanças no Orçamento

A forma de tramitação do projeto de Orçamento no Congresso será modificada para que ele se torne mais transparente e democrático. Para isso, uma comissão de três senadores e três deputados vai trabalhar até a próxima quarta-feira em cima de um projeto de resolução (PRN 02/05) do deputado Ricardo Barros (PP-PR), em tramitação no Congresso. A decisão foi tomada ontem, durante reunião dos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, com líderes partidários da Câmara e do Senado.

O projeto de Ricardo Barros foi fruto do trabalho de uma comissão de deputados e senadores que discutiu por vários meses, no ano passado, mudanças na forma de discussão e votação do Orçamento federal. No final, por falta de acordo, o relatório não foi votado e o deputado protocolou sua proposta na mesa do Congresso, onde vem tramitando. A proposição já recebeu parecer do relator na Câmara, Eduardo Gomes (PSDB-TO), e



Renan (3º à dir.) reúne-se com líderes partidários e presidente da Câmara dos Deputados

do relator no Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O projeto propõe a redução das emendas de bancadas estaduais ao Orçamento, uma das causas da falta de acordo entre deputados e senadores.

Após a reunião de ontem, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), informou que existe “uma tendência” para que o número de parlamentares de

sua comissão seja reduzido a um terço, para facilitar as discussões e votações – hoje, são 63 deputados e 21 senadores. Para Machado, o elevado número de parlamentares torna difícil reunir para votação pelo menos metade deles.

Outra idéia, segundo Gilmar Machado, é limitar os poderes do relator-geral do Orçamento pela criação de comitês de apoio ao seu trabalho e ampliação dos poderes dos dez relatores setoriais.

Renan quer adoção parcial do orçamento impositivo

Após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e líderes partidários das duas Casas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a adoção do chamado orçamento impositivo para, pelo menos, as políticas públicas que sejam prioritárias. O orçamento impositivo obriga que recursos do Orçamento Geral da União destinados a alguma obra só possam ser utilizados naquela obra.

Renan elogiou a criação de uma comissão de três senadores e três deputados para apresentar propostas de mudanças profundas na elaboração do Orçamento. Os nomes dos integrantes da comissão devem ser anunciados hoje.

– Desde a elaboração até a execução, passando pela fiscalização,

para democratizar o Orçamento, dar mais transparência, acabar com irregularidades, corrigir defeitos e fazer com que o Congresso cumpra da melhor forma possível o seu papel – afirmou Renan Calheiros.

Entre as alterações necessárias, o presidente do Senado destacou o envolvimento do Congresso já na fase de elaboração. Para o senador, o Orçamento tem que ser consequência de política pública, “ele não pode ser um acaso”. Renan criticou o contingenciamento de recursos.

– Na medida em que se contingencia uma parte do Orçamento e outra não, você privilegia uma parte dos recursos e cria uma evidente distorção. Outra coisa que precisa ser corrigida é esse

cemitério de obras inacabadas. Coloca-se recurso em uma obra num ano e no ano seguinte não se consegue mais recurso. O Orçamento tem que ser consequência de um mínimo de planejamento – disse.

Sanguessuga

Renan Calheiros também garantiu que o Congresso vai colaborar com as investigações que estão sendo feitas pela Polícia Federal (PF) na chamada Operação Sanguessuga. Ele lembrou que as corregedorias da Câmara e do Senado já estão acompanhando os trabalhos da PF.

– No que depender do Congresso Nacional, nós vamos dar as informações necessárias para aprofundar a investigação e dar a resposta que a sociedade cobra.

Para Ideli, assunto deve ser tratado com seriedade

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), destacou a realização de reunião entre as lideranças partidárias na Câmara e no Senado e os presidentes das duas Casas para discutir mudanças no processo orçamentário e, assim, tentar evitar novos desvios de recursos públicos. O encontro foi motivado pela denúncia de envolvimento de parlamentares com a compra irregular de ambulâncias por meio de emendas apresentadas ao Orçamento da União.

– Esse é um assunto que temos de tratar com seriedade, pois não é a primeira vez que o Orçamento descamba para uma situação complexa – alertou.

Ao comentar a intenção de apresentar sugestões, Ideli foi comunicada por Eduardo Siqueira Campos da entrega, há oito meses, de seu relatório ao



Ideli: “Não é a primeira vez que Orçamento descamba para situação complexa”

projeto que introduz mudanças na área. Além de propor a criação de comissão para acompanhamento da execução orçamentária, o parecer de Eduardo sugere que uma emenda atrelada a certa obra fique vinculada à bancada que a apresentou até a conclusão do serviço.

Também em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitou a especificação dos partidos dos parlamentares suspeitos de fraude na compra de ambulâncias, para identificar quem integra a base aliada do governo.

ACM demonstra ceticismo sobre iniciativa

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) discordou de elogio feito pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), à reunião que discutiu novos procedimentos para o processo de elaboração do Orçamento da União.

Para o senador, a iniciativa é inócua e em nada vai melhorar o processo de votação do Orçamento, que considera “viciado e que deveria acabar porque permite a manipulação política de emendas de parlamentares”.

Antonio Carlos sugeriu que Ideli Salvatti, em vez de enaltecer a iniciativa da reunião, deveria apoiar a aprovação de sua proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) que institui o orçamento impositivo. A matéria aguarda votação no Plenário.

Ele criticou ainda elogio que o senador Tião Viana (PT-AC) fez aos números do programa de erradicação do trabalho do governo



Antonio Carlos: programas sociais de Lula foram instituídos no governo passado

federal. Antonio Carlos observou que todos os programas sociais alardeados como do governo Lula foram instituídos pelo Congresso no governo Fernando Henrique. Como exemplo, citou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, proposta de sua autoria que, segundo assinalou, deu origem a programas tipo bolsa-família e bolsa-escola, “que estão sendo mal administrados por Lula”.

– Lula não admite que se diga que ele não descobriu o Brasil – ironizou Antonio Carlos, manifestando certeza de que José Serra derrotará o candidato do PT na disputa pelo governo paulista.

Presidente da CMO não divulga lista

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), decidiu não distribuir a lista dos deputados e senadores que fizeram emendas ao projeto de

Orçamento destinando verbas aos municípios para compra de ambulâncias.

O deputado ponderou que nos últimos anos as emendas parlamentares tiveram de des-

tinhar, obrigatoriamente, 30% para a área de saúde. Assim, sua lista teria de incluir todo parlamentar que apresentou emenda individual. Gilmar Machado, no entanto, informou que as pessoas

interessadas podem verificar as emendas acessando a página da internet da Câmara dos Deputados, procurando na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proposta que visa punir crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência ainda será apreciada pela CCJ e pela CDH

Racismo na internet poderá ser punido com prisão e multa

Os responsáveis por crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional cometidos em qualquer rede de computadores destinada ao acesso público poderão ser condenados à pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. É o que determina substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

Paim lembra que a internet tornou-se um veiculador de informações de caráter racista, sem que haja, na legislação, previsão de punição para quem divulga mensagens que induzem ou incitam à discriminação.

– Punir o crime de racismo na internet torna-se necessário pelas mesmas razões pelas quais deve ser punido quem obriga um negro a usar a porta de serviço, quem coloca uma bomba numa sinagoga ou quem nega emprego a outrem, em função de sua etnia, credo ou origem – explicou o



Comissão de Educação aprova substitutivo de Valadares (D) ao projeto de Paim (3º à dir.).

senador.

O projeto original de Paim (PLS 337/03) instituía uma lei específica para tipificar os crimes de preconceitos pela internet, com pena prevista de um a três anos de reclusão e multa. No substitutivo aprovado, no entanto, Valadares introduziu o dispositivo na própria Lei 7.716/ 89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Paim destacou que o substitutivo

melhorou a proposta inicial. O projeto será ainda apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em decisão terminativa, pela de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A CE aprovou ainda, por unanimidade, oito projetos de decreto legislativo para execução de serviços de radiodifusão e dois contratos de renovação de permissão.

Pirataria no audiovisual será discutida em audiência

A Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação (CE), vai realizar no próximo dia 17 audiência pública para tratar da pirataria na indústria do audiovisual. O requerimento, de autoria dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem, prevê a realização de várias reuniões para discutir o tema com todos os setores envolvidos na questão.

Flávio Arns (PT-PR), presidente da subcomissão, afirmou que as audiências vão ajudar no encaminhamento de soluções para o problema. A audiência será feita em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação.

Universidade

A Comissão de Educação aprovou também, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 23/06) do senador Papaléo Paes

(PSDB-AP) que autoriza o Poder Executivo a criar *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá (Unifap) em quatro municípios do estado – Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá – e projeto (PLS 49/06) do senador Edison Lobão (PFL-MA) que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá/RJ – Roberto Marinho” o aeroporto localizado no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

Mozarildo insiste em nova legislação para as ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou da lenta tramitação do projeto de lei produzido pela CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que propõe novas normas para regulamentar a atuação dessas entidades. Para o senador, que presidiu a comissão, é preciso aprimorar a legislação sobre o setor para evitar que as ONGs



Mozarildo pede mais celeridade na tramitação do projeto na Câmara

sejam usadas para desvio de dinheiro público. O projeto (PL 3.877/04 na Câmara) foi aprovado pelo Senado e tramita na Câmara desde 2004.

– É urgente aprovar uma le-

gislação que dê às instituições sérias a transparência necessária – justificou Mozarildo.

O senador afirmou que, só em 2003, as ONGs receberam mais de R\$ 2 bilhões do governo federal, mas a CPI constatou que muitas são criadas só para obter recursos públicos para seus dirigentes. Em apartes, José Jorge (PFL-PE) e Papaléo Paes (PSDB-AP) observaram que as ONGs foram criadas para substituir o Estado em tarefas em que ele era ineficiente, mas têm se revelado, muitas vezes, instrumentos de corrupção.

Tião Viana destaca relatório da OIT sobre redução do trabalho infantil

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou em Plenário dados de relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na semana passada, sobre a eliminação do trabalho infantil em diversos países, com destaque para o Brasil. De acordo com o parlamentar, a instituição citou o Brasil como exemplo de enfrentamento da questão do trabalho infantil, com a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em 3,5 mil municípios brasileiros, e apontou uma tendência de queda no trabalho infantil em todo o mundo pela primeira vez na história.

O senador destacou ainda as palavras de Renan Calheiros na solenidade de apresentação do relatório, a que ele compareceu como presidente da República interino. Renan disse que a redução do trabalho infantil no Brasil “revela um grande esforço do governo brasileiro, mas que ainda há o desafio de reduzir as disparidades regionais e criar elos mais fortes entre a redução do trabalho infantil e a geração de empregos para os jovens”.

Tião Viana informou que, segundo a OIT, a continuidade da redução do trabalho infantil possibilitaria sua eliminação, pelo menos em suas piores formas, no prazo de dez anos. O parlamentar explicou que, para a organização, seriam necessários investimentos no combate à pobreza, na valorização do ensino básico e no respeito aos direitos humanos. O relatório sugeriu ainda que, se o Brasil e a China estão sendo bem-sucedidos nesse propósito, outros países poderão ter sucesso na erradicação do trabalho infantil.



Tião Viana afirma que programa adotado no Brasil é apontado como referência

Conforme Tião Viana, 97,1% dos alunos em idade escolar estão matriculados no ensino fundamental no Brasil e, em decorrência da diminuição do trabalho infantil, houve aumento de matrículas. As crianças estão presentes a cerca de 85% das aulas e participam de atividades socioeducativas no período oposto ao das aulas.

O senador ressaltou que o Peti atualmente atende 1 milhão de crianças, e tem por meta ampliar sua abrangência para 2,2 milhões de crianças em 2006, de forma a eliminar o trabalho infantil com a inclusão dos jovens. Ele elogiou o trabalho do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, à frente do Bolsa Família, ao qual o Peti, segundo ele, deve ser integrado ainda este ano. Destacou a adesão de governadores e prefeitos ao Peti e também a participação de ONGs, sindicatos, fiscais do trabalho e da Fundação Abrinq no combate ao trabalho infantil.

Para Viana, o combate ao desemprego e o aumento formal do trabalho são fatores que contribuem para a retirada das crianças de trabalhos impróprios para sua idade.

Senado enviará voto de pesar pela morte do ministro Olavo Drummond

Atendendo a requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a Mesa do Senado encaminhará voto de pesar à família do escritor, jornalista e advogado Olavo Drummond, que morreu na segunda-feira, aos 80 anos. Ele estava internado em São Paulo, depois de sofrer um acidente vascular cerebral.

Falando da tribuna, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) também homenageou Olavo Drummond, que era ministro aposentado do Tribunal de Contas da União.

– Drummond doou sua vida para a sociedade. Vai o amigo, fica o exemplo – destacou Paulo Octávio.

Associaram-se à homenagem o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Olavo Drummond foi deputado estadual e federal por Minas Gerais, procurador da Fazenda Nacional, procurador da República, ministro do Tribunal de Contas da União e conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo. Também foi prefeito de Araxá (MG), cidade na qual nasceu e publicou cinco livros. Azeredo destacou que Drummond era membro da Academia Mineira de Letras, ocupante da cadeira que pertenceu a Tancredo Neves.

Geraldo Magela



Arcanjo (E), seu advogado Zaid Arbid, e Romeu Tuma, durante depoimento em Cuiabá

Comendador nega envolvimento no assassinato de Celso Daniel

Um forte esquema de segurança cercou ontem o depoimento de João Arcanjo Ribeiro à CPI dos Bingos, em Cuiabá. O ex-policial civil, conhecido como Comendador, depôs a um grupo formado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

O Comendador negou envolvimento com o assassinato do ex-prefeito Celso Daniel, de Santo André (SP), e disse não conhecer os empresários Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Ronan Maria Pinto, denunciados como participantes do esquema de propinas na prefeitura de Santo André.

Negou também ter trabalhado com casas de bingo. “Jogo do bicho, sim, tive desde 1980. Tive

também cassino”, reconheceu.

Arcanjo falou durante três horas, apesar de ter obtido liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) que lhe garantia o direito de permanecer em silêncio.

O depoente sustentou não ter conhecimento sobre as atividades de seus escritórios de *factoring*, mas disse que “assumia a responsabilidade” pelos negócios. Juvêncio afirmou que, em Cuiabá, os parlamentares tiveram informações de que os escritórios de Arcanjo foram usados para lavar dinheiro depois repassado para políticos de Mato Grosso durante duas eleições.

Embora a Polícia Federal afirme que João Arcanjo é detentor de um patrimônio da ordem de R\$ 1,2 bilhão, ele só admitiu possuir um patrimônio de R\$ 400 milhões.

Casas de bingo não lavam dinheiro, diz o presidente da federação

Em depoimento na CPI dos Bingos, o presidente da Federação Brasileira de Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto, negou ontem que o setor seja um dos principais canais para lavagem de dinheiro no país. Ele garantiu que nem a federação que dirige, nem o Movimento Pró-Bingo, contribuíram com dinheiro para campanhas eleitorais.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), lembrou que Rogério Buratti, ex-assessor de Antonio Palocci, informou, em depoimento no colegiado, que casas de bingo de São Paulo e do Rio de Janeiro chegaram a contribuir com cerca de R\$ 2 milhões para campanhas eleitorais de candidatos petistas. Carlos Canto disse desconhecer o episódio. Ele também afirmou que nunca conheceu o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira e

nem o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz.

Alvaro Dias (PSDB-PR) perguntou se o presidente Lula manteve contato com entidades ligadas a bingos para a possível legalização do setor. Canto negou tais contatos, “inclusive com emissários do governo”, mas salientou que foi convidado para uma reunião no subsolo do Palácio do Planalto, “coordenada por um assessor, e que contou com a presença de vários interessados do setor” para tratar da regulamentação do jogo.

Canto disse que a legalização das casas de bingo geraria 120 mil empregos diretos nos cerca de mil estabelecimentos comerciais do ramo espalhados pelo país, rendendo aos cofres públicos, conforme avaliou, somente em impostos, R\$ 2,3 bilhões anuais.

Efraim Morais cogita recorrer a “condução coercitiva” para obrigar ex-secretário do PT a comparecer hoje à comissão e explicar novas denúncias envolvendo o mensalão

Sem liminar do Supremo, Sílvio Pereira terá de depor hoje na CPI

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), cogitou o uso de “condução coercitiva” para obrigar o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira a depor na comissão hoje, às 10h. Efraim protestou em Plenário, ontem, contra a decisão da defesa de Sílvio Pereira de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e pedir a ampliação de liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, em novembro de 2005, que garantia ao ex-dirigente petista o direito de permanecer calado perante a CPI dos Bingos. A intenção da defesa era desobrigar o ex-secretário do compromisso de depor, mas Marco Aurélio indeferiu o pedido.

Os argumentos apresentados pelo advogado de Sílvio Pereira para livrá-lo da exigência de depor à comissão foram criticados



Efraim promete tomar providências, caso depoente “tente desmoralizar o Senado”

por Efraim. Além de anunciar que uma junta médica do Senado irá analisar o atestado médico anexado ao pedido ao STF, que atribui ao depoente quadro de estresse pós-traumático e depressão moderada/grave, o presidente da CPI contestou o argumento de que a intimação tenha sido en-

tregue fora do prazo pela Polícia Federal (PF).

– Se ele não vier e tentar desmoralizar o Senado, e a própria Polícia Federal, eu, na condição de presidente da CPI, tomarei as providências que requer o caso.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou adequado Sílvio Pereira prestar esclarecimentos à direção nacional do PT e à CPI dos Bingos, mas ponderou pela remarcação do depoimento diante do atestado médico apresentado. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que Efraim “tem que lutar o quanto puder para não deixar esta Casa se desmoralizar de vez”, posição endossada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A exemplo de Efraim, o senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou o trabalho realizado pela PF.

Denúncias de ex-dirigente podem ter CPI específica, prevê Agripino

O líder do PFL, José Agripino (RN), anunciou ontem que os partidos de oposição podem colher assinaturas para criar uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as declarações do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira ao jornal *O Globo* no dia 7 de maio. Na entrevista, o ex-dirigente petista faz revelações sobre o mensalão.

Agripino disse que os partidos de oposição não irão aceitar que Sílvio Pereira venha a se utilizar de “blindagem jurídica” para deixar de comparecer à CPI dos

Bingos. O pronunciamento do líder do PFL foi feito antes da decisão do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, de negar extensão de liminar ao expetista (veja matéria acima).

O líder pefelista também leu em Plenário a “Carta ao Povo”, na qual os partidos de oposição expressam seu apoio à decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de apresentar notícia-crime ao Ministério Público contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em decorrência de denúncias que envolvem seu



Agripino anuncia frente para avançar nas investigações de denúncias de corrupção governo.

A carta prevê ainda que a oposição se juntará a uma comissão única, formada por entidades sociais, parlamentares, juristas e cidadãos, denominada Comitê da Cidadania, destinada a avançar nas investigações contra corrupção no governo.

Suplicy convida Lula a se explicar ao Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta que enviou ao presidente Lula, na última segunda-feira, convidando-o a comparecer ao Congresso Nacional e prestar esclarecimentos aos parlamentares sobre a entrevista do ex-secretário do PT Sílvio Pereira.

Suplicy argumentou em sua carta que, embora o presidente da República, pela Constitui-



Suplicy leu carta que enviou ao presidente da República

ção federal, só seja obrigado a comparecer ao Congresso por ocasião de sua posse, para a leitura de mensagem sobre seu plano de governo, não haveria nenhum impedimento para que Lula, de comum acordo com

os presidentes da Câmara e do Senado, viesse ao Congresso Nacional para “esclarecer dúvidas dos parlamentares”.

– Considero que o presidente possa aceitar a sugestão no momento que julgar oportuno. Que seja respeitado por todos, pois nem sempre parlamentares de oposição o têm respeitado.

O senador destacou ainda entrevista do compositor Chico Buarque de Hollanda aos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em que o artista critica os adversários do presidente da República pela forma desrespeitosa como o tratam.

Fotos: Rosewell/Pinheiro



Para Arthur Virgílio, Jorge Hage teria ignorado denúncia contra PT

Virgílio critica controlador-geral da União

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) criticou o controlador-geral da União, Jorge Hage, que, em entrevista à imprensa, teria afirmado ser necessário investigar o valerioduto em Minas Gerais, mas teria ignorado as recentes denúncias do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira.

O senador também denunciou a morte de cinco crianças indígenas no Amazonas, em decorrência de malária e hepatite. Ele anunciou que enviará requerimento ao ministro da Saúde, solicitando medidas para conter as doenças.



Momento é inadequado para pedir impeachment, afirma José Jorge

Para José Jorge, decisão da OAB não inocenta Lula

José Jorge (PFL-PE) comentou, em Plenário, a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de arquivar pedido de *impeachment* contra o presidente Lula. Em vez de tomá-la por um atestado de inocência, como estariam avaliando os petistas, ele optou por aderir à justificativa dada pela entidade, que teria considerado a medida inoportuna pela proximidade das eleições e pela alegada falta de legitimidade do Congresso, após a absolvição de parlamentares envolvidos com o mensalão.

Papaléo elogia a Petrobras, mas cobra incentivo à produção de gás

Papaléo Paes (PSDB-AP) enalteceu ontem, da tribuna do Senado, o feito da Petrobras de conseguir a auto-suficiência em petróleo para o Brasil. O senador traçou um histórico do progresso da empresa durante quase cinco décadas, até o alcance da produção atual de 2 milhões de barris por dia, 100 mil barris acima do consumo nacional estimado para os próximos cinco anos.

Por outro lado, o senador criticou a nacionalização do petróleo e do gás natural pela Bolívia, condenando a investida das Forças Armadas bolivianas contra a Petrobras. Papaléo acusou o governo brasileiro de ter sido omissivo quanto às ameaças de campanha de Evo Morales e cobrou uma política para a produção de gás no Brasil.



Auto-suficiência em petróleo é destacada por Papaléo

Heráclito: no fim de gestão, Lula deixa o país em crise energética



Segundo Heráclito, país está à beira de um apagão do gás

com relação ao gás boliviano.

– A Petrobras não construiu um metro de gasoduto no governo Lula – disse.

O parlamentar sugeriu investimentos na produção de gás natural nas bacias de Peruá-Cangoá (ES), Mexilhão (SP) e Manati (BA) e a importação de gás natural liquefeito, que poderia ser comprado de outros países.

O presidente Lula encerra sua gestão deixando o Brasil à beira do apagão do gás natural, afirmou Heráclito Fortes (PFL-PI), citando artigo publicado no *blog* do professor Adriano Pires, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para o senador, o governo deveria ter investido em alternativas que reduzissem a dependência brasileira



Senadores ilustres são lembrados por João Alberto

João Alberto enaltece história do Senado

João Alberto Souza (PMDB-MA) fez ontem pronunciamento em homenagem aos 180 anos do Senado, que serão comemorados em sessão especial amanhã, às 11h. A história do Senado, disse, “confunde-se com a história da República”.

Para o senador, a Casa experimentou crises, assistiu a mudanças de regimes, presenciou revoluções, foi extinta e refundada, participando de diversas transformações da sociedade brasileira.

Entre os mais eminentes parlamentares que ocuparam a tribuna do Senado, João Alberto citou Rui Barbosa, Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e José Sarney.

Sessão pelos 180 anos do Senado será amanhã

Foi adiada para amanhã, a partir das 11h, a sessão especial destinada a comemorar os 180 anos de existência do Senado, que estava marcada para hoje. Estão previstos pronunciamentos do presidente da Casa, Renan Calheiros, e de líderes, podendo ser facultada a palavra a outros senadores. A Banda de Fuzileiros Navais executará o Hino Nacional, e o Coral do Senado interpretará o Hino da Independência.

Em razão das comemorações dos 180 anos, a biblioteca do Senado não atenderá aos usuários externos a partir de amanhã, em razão de obras para a realização de evento que ocorrerá no dia 16 de maio.

Aprovados créditos para recuperar habitação de famílias de baixa renda

MP acolhida destina R\$ 80 milhões ao Ministério da Integração Nacional, para apoio a vítimas de enchentes e secas, e R\$ 890 milhões ao Ministério das Cidades, para obras emergenciais em favelas

O Plenário do Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que abrem crédito extraordinário no valor de R\$ 970 milhões em favor dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades.

A primeira (MP 278/06) destina R\$ 80 milhões ao Ministério da Integração Nacional. O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas das fortes estiagens ocorridas recentemente em municípios das regiões Sul e Nordeste e das chuvas nas regiões Sul,

Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O atendimento, segundo a justificativa da MP, deve ser feito mediante intervenções de recuperação e reconstrução da infra-estrutura urbana e rural de habitações para pessoas de baixa renda. A medida provisória vai à promulgação.

A segunda MP, aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 8/06), abre crédito em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 890 milhões. Os recursos serão dirigidos para a execução de obras

emergenciais de urbanização em assentamentos precários, erigidos em loteamentos vulneráveis (favelas), que trazem risco de ocorrência de desastres e acidentes. A proposta aprovada também viabiliza a construção de habitações para famílias de baixa renda. Segundo a justificativa do PLV, o déficit habitacional do Brasil está próximo de 7 milhões de unidades.

A matéria recebeu alterações no Senado e volta ao exame da Câmara dos Deputados.

Luiz Otávio quer assegurar incentivos fiscais no Pará

“Vou me posicionar não só ao lado do Pará, mas também dos outros 16 estados que têm legislação de incentivo fiscal e, custe o que custar, vou trabalhar para uma solução definitiva para esse assunto”, ressaltou o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), ao cobrar uma medida que reverta a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar inconstitucional a lei de incentivos fiscais adotada em seu estado.

Com a decisão do STF, 167 empresas passaram a dever o ICMS que deixou de ser recolhido aos cofres do estado a partir de 2002. Uma das saídas propostas por Luiz Otávio foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC da reforma tributária, que já passou pelo Senado.



Luiz Otávio vê prejuízo em decisão do STF contra incentivo

Mestrinho destaca importância da exploração de silvinita no AM



Mestrinho ressalta licitação em curso, para explorar o minério

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou o processo de licitação – que vem sendo realizado pela Petrobras – para a exploração de silvinita no Amazonas. Estima-se que o estado possua as maiores jazidas nacionais desse minério. Da silvinita se extrai o cloreto de potássio, que é utilizado como fertilizante.

Segundo Mestrinho, nove empresas (nacionais e estrangeiras) deverão apresentar propostas no dia 19. O senador afirmou que a exploração desse minério deverá estimular o desenvolvimento econômico do estado – especialmente do chamado Baixo Amazonas. Ele vê como fundamental o aumento da produção de cloreto de potássio, pois o país importa cerca de 80% do que é consumido.

Ministro se diz otimista, afirma que governo boliviano tem admitido certa flexibilidade, mas reconhece que as negociações serão “longas e difíceis”

Amorim: Brasil defenderá fornecimento de gás e preço racional nas negociações com a Bolívia

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que o Brasil vai defender, nas negociações bilaterais com a Bolívia, a manutenção do fornecimento de gás e a fixação de um preço racional para o produto, para não inviabilizar o funcionamento das indústrias de São Paulo e também não prejudicar o consumidor. Se essas negociações não obtiverem sucesso junto ao governo boliviano, informou, a saída será a busca de solução na corte arbitral de Nova York.

O ministro está otimista quanto à manutenção do fornecimento do gás da Bolívia para o Brasil. Observou que os bolivianos têm admitido uma certa flexibilidade nas negociações de preços e ainda sobre a indenização para a Petrobras. Mas deixou claro que as negociações serão “longas e difíceis” e que só a história dirá o que vai acontecer.



Saturnino (D) acompanha debate do ministro Celso Amorim com senadores da CRE

Segundo Celso Amorim, o decreto do governo da Bolívia que nacionaliza a exploração das reservas de gás e petróleo no país – chamado de decreto supremo – “é complexo e tem vários aspectos, mas não incide diretamente sobre o contrato de fornecimento de gás, regido por

um instrumento de 1996”. Ele explicou que “não há uma incidência direta no contrato”. Esse contrato de 1996, feito entre os dois países, será utilizado, portanto, no caso de não haver acordo satisfatório para o Brasil. O contrato estabelece um fórum para controvérsias e prevê

que sejam revistas, de cinco em cinco anos, questões relativas ao gasoduto Brasil-Bolívia, inclusive a referente aos preços do produto.

– A questão está em saber se nossos interesses vão ter tratamento justo no processo de nacionalização. O preço a ser estabelecido para o gás deve ser racional, baseado em fatos, e não emocional. Deve ser compatível, pois é uma questão de mercado – afirmou.

O ministro informou que o Itamaraty tem a intenção de criar um departamento de energia para tratar de questões relativas a gás, etanol, energias renováveis e fósseis, que poderá ajudar na execução da política energética do país.

Essa política, observou Amorim, poderá ser ampliada a outros países, sem abandono da integração sul-americana. Ele deu exemplos de países como o Catar, que é grande produtor de gás natural liquefeito, a Argélia e a Nigéria.

Para Jefferson, Lula cedeu a Evo Morales

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva agiu com “tibieza” diante da decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de expropriar os ativos da Petrobras naquele país. A observação foi feita durante a audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que ouviu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

– Se a reação do governo onde a Petrobras tem investimentos for sempre essa, começo a temer pelo futuro da empresa. O governo brasileiro pode até retroceder e ceder o Acre para a Bolívia. Pois não duvido que, amanhã, Evo Morales denuncie o acordo de Petrópolis – disse Jefferson.

Pedro Simon pediu para Jefferson não mencionar o acordo de Petrópolis, para que Morales não acatasse a idéia de tomar o Acre do Brasil.

Censura

Jefferson Péres cobrou mais firmeza do governo brasileiro nas negociações e disse que vai propor um voto de censura ao presidente Lula. O senador também criticou a política externa brasileira, afirmando que ela tem um “ranço ideológico”, opinião compartilhada por outros senadores, como Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Segundo Azeredo, Lula tem muito mais proximidade com “setores atrasados da esquerda”, como Morales e Hugo Chávez, presidente da Venezuela.

– Há um Itamaraty paralelo no Planalto – concordou Jefferson.

Sobre as observações de Jefferson Péres a respeito da presença dos militares bolivianos em torno dos campos da Petrobras, Amorim considerou uma atitude “adolescente” dos bolivianos. Ressalvou, entretanto, que o governo brasileiro precisa manter uma posição de diálogo, embora manifeste seu descontentamento com tais atitudes.

Senadores consideram “tímida” a posição do governo Lula

Ao debater com o chanceler Celso Amorim a crise decorrente da nacionalização do gás na Bolívia, os senadores da CRE demonstraram preocupação com o abastecimento e os preços do gás devido à dependência do Brasil em relação ao produto boliviano, e, em sua maioria, consideraram “tímida” a posição do governo brasileiro.

Para José Agripino (PFL-RN), o Itamaraty foi colocado de lado, cedendo espaço a Marco Aurélio Garcia, assessor do presidente Lula para assuntos internacionais. Segundo afirmou, “o Itamaraty representa uma das melhores diplomacias do mundo e está apenas assistindo a essa crise da Bolívia”. Ao responder, Amorim garantiu que a diplomacia não foi descartada, apenas está agindo mais silenciosamente, como convém ao momento.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a amizade demonstrada pelo presidente boliviano para com o Brasil e questionou o motivo pelo qual o presidente venezuelano Hugo Chávez foi convidado para a reunião em Puerto Iguazú (Argentina). Amorim explicou que Chávez é parte importante do projeto de integração energética da América Latina, por

ser a Venezuela a detentora da maior reserva de gás no continente.

Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) quis saber “até quando o Brasil ficará olhando Chávez empalmar a liderança latino-americana, sem reação”. O chanceler garantiu que o presidente Lula transmitiu a Hugo Chávez o desconforto do Brasil com ações como a presença da empresa venezuelana de petróleo na Bolívia, durante a crise.

Roberto Saturnino (PT-RJ) assinalou que a integração latino-americana é hoje mais intensa do que em décadas passadas, mas questionou o que chamou de “tropeço do Uruguai em querer sair do Mercosul”. Amorim respondeu que, se algo faltou ao Brasil, no Mercosul, foi ter uma visão de longo prazo em relação aos países menores. Como eles tinham expectativas enormes, disse, ficaram frustrados.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), as atitudes do governo boliviano surpreenderam, pois, segundo observou, o presidente Lula sempre foi muito simpático à Bolívia. Já Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a preocupação de Santa Catarina quanto ao fornecimento de gás, mas disse não acreditar em desabastecimento. Celso Amorim enfatizou que continuam as negociações entre a Petrobras e a Bolívia.



Senadores da CRE questionam participação do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na crise gerada pela nacionalização do gás boliviano



Lula faria melhor se gerasse empregos prometidos em 2002, observa Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro critica propaganda do governo federal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou ontem informações veiculadas em propaganda do governo federal nas emissoras de televisão do Pará. A peça publicitária destaca os resultados do programa Bolsa Família no estado e os investimentos realizados na recuperação de rodovias paraenses e na ampliação da capacidade de geração de energia da Hidrelétrica de Tucuruí.

– Nada contra o Bolsa Família, que é uma cópia piorada do Bolsa Escola, criado no governo Fernando Henrique. Mas Lula faria melhor se gerasse os 10 milhões de empregos que prometeu na campanha eleitoral de 2002 – disse o senador.



Sarney lembra que Aluizio foi ministro do seu governo, além de seu amigo

Sarney presta homenagem a Aluizio Alves

José Sarney (PMDB-AP) discursou ontem homenageando o ex-governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves, falecido no último sábado. O senador afirmou que Aluizio, que também foi deputado federal e ministro em seu governo, era um de seus amigos mais próximos.

– É com orgulho que podemos louvar a sua vida e dizer uma frase repetida, mas precisa: como São Paulo, ele combateu o bom combate – disse Sarney.

Fernando Bezerra (PTB-RN) também homenageou o ex-governador. Em aparte, Garibaldi Alves (PMDB-RN), sobrinho de Aluizio, agradeceu as homenagens.

Conforme senador, queda de renda do setor rural em 2005 chegou a R\$ 16,6 bilhões. Taxa de câmbio desfavorável para produtores é uma das razões do resultado negativo

Alvaro Dias: crise no campo aumenta e gera violência

“Um governo que não entende a agricultura, que não reconhece a importância do agronegócio para o desenvolvimento nacional, não é digno de ser considerado governo”, opinou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao alertar para a gravidade da crise que atinge os produtores rurais do país. Ele informou que os protestos contra a política econômica e agrícola do governo, iniciados em Mato Grosso, continuam ganhando adesões e já chegaram a Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Segundo o senador, a queda de renda do setor rural em 2005 chegou a R\$ 16,6 bilhões. Alvaro explicou que as causas para o resultado negativo foram a perda da produção física das lavouras, o seguro rural incipiente, o aumento dos estoques mundiais



Fotos: Rosewell Pinheiro

Protestos contra política econômica e agrícola ganham adesões, diz Alvaro Dias

que reduziram os preços das *commodities* e a taxa de câmbio desfavorável, com a valorização do real em relação às principais moedas.

– Enquanto os produtores compraram insumos com base no dólar mais caro, a produção foi comercializada com a moeda americana desvalorizada – afirmou Alvaro Dias.

O empobrecimento no campo,

na avaliação do senador, provocou reflexos nas cidades através do aumento do desemprego e do crescimento da violência. No Paraná, exemplificou, houve uma queda de 41% no número de empregos gerados no ano passado, em comparação com 2004. Curitiba e Foz do Iguaçu passaram a ser relacionadas entre as dez cidades com mais de 100 mil habitantes mais violentas do Brasil.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) declarou que a decisão do governo de expulsar os não-índios da reserva Raposa Serra do Sol tornou-se um problema para os produtores de Roraima, que já sofrem com a política econômica e agrícola do país. O parlamentar lembrou que os produtores de soja e arroz instalados na área são responsáveis por 30% do PIB do estado.

Osmar Dias cobra promessas feitas ao setor agrícola

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou o governo pela “absoluta falta de visão” e pelo não cumprimento das promessas feitas ao setor agrícola. Ele destacou, por exemplo, o seguro da produção rural e a garantia do preço mínimo, que teriam sido bandeiras de campanha do presidente Lula, mas que, no entanto, não teriam sido implantados.

– Quando se fala em agricultura, os populistas costumam fazer logo a associação com grandes propriedades, mas são os pequenos produtores que respondem pela parte mais significativa do



Osmar Dias ressalta seguro da produção rural e garantia do preço mínimo

setor – observou.

A crise do segmento, que, segundo o senador, atinge não apenas os agricultores, mas também comerciantes, industriais e vários

outros ramos conexos, pode, em suas palavras, “descambar para um atoleiro sem volta”.

Osmar Dias comparou a situação dos pequenos proprietários à da Petrobras, que teve suas refinarias na Bolívia expropriadas pelo governo daquele país na última semana. Para ele, o governo brasileiro está agindo da mesma forma omissa nos dois casos.

– Do jeito que as coisas andam, ou os produtores pagam para plantar ou não plantam, não pagam suas dívidas e são desapropriados, enquanto o presidente Lula não faz nada – comentou.

Valadares: produtor caiu na armadilha da dívida inflada

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou em Plenário o protesto de agricultores do Nordeste, que, desde a noite de segunda-feira, bloqueiam a BR-101, entre Alagoas e Sergipe, para solicitar renegociação de suas dívidas.

Valadares observou que, desde 1995, em sucessivos planos econômicos, os produtores rurais



Valadares pede renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste

“tiveram suas dívidas infladas pelas armadilhas que lhes foram impostas pelos bancos”.

O senador alertou para a importância de se encontrar solução, porque a agricultura

responde por mais de 30% do produto interno bruto.

Valadares conclamou os parlamentares a se empenharem no exame da Medida Provisória 285/06, que trata justamente da dívida dos produtores do Nordeste e que já foi apreciada pela Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que tem conversado sobre o assunto com o relator da matéria, deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), e disse acreditar que este seja o momento ideal para se buscar uma solução.



Problema é alarmante tanto no setor rural quanto na indústria, afirma Paim

Paulo Paim adverte para o drama do desemprego no RS

Paulo Paim (PT-RS) disse que é alarmante o problema do desemprego no Rio Grande do Sul, tanto no setor rural quanto na indústria, tendo atingido 10,4% em março, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Paim, está sendo preparada uma manifestação de cerca de 3 mil pessoas em Brasília, com o objetivo de alertar o governo e o Congresso Nacional para a situação.

De acordo com o senador, o quadro de desemprego no estado é resultado da queda no valor do dólar, que diminui a renda dos exportadores; e dos juros altos e de intempéries, no caso da agropecuária.



Leonel Pavan cobra mudanças no modelo econômico para evitar fuga de empresas

País desestimula investimentos, constata Pavan

Ao citar declaração atribuída ao presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva – filho do vice-presidente da República José Alencar –, de que o Brasil não faz parte da lista de prioridades de sua empresa, Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal mudanças na economia para que as empresas não deixem de investir no país. Pavan informou que, dos US\$ 100 milhões que a Coteminas planeja investir no futuro próximo, nenhum centavo é destinado ao Brasil.

Segundo o senador, as empresas, sobretudo as exportadoras, estão se mudando porque não compensa mais investir no Brasil.